

## A vertente psicológica do ecletismo na obra de Eduardo Ferreira França

Na análise do pensamento brasileiro, coube a Miguel Reale formular um método de extremo valor heurístico, aperfeiçoado ao longo de mais de duas décadas, desde *A Doutrina de Kant no Brasil* (1949). Consiste o procedimento em deixar de lado toda arrogância que nos leve a considerar privilegiada nossa própria situação para tentar compreender que *problema* tinha pela frente determinado pensador. Nessa colocação, o centro do interesse

volta-se para a obra do autor brasileiro e as *circunstâncias* do ambiente político-cultural em que a elaborou. Correlativamente, passa a segundo plano a questão de discutir-se a legitimidade dessa ou daquela interpretação e perde inteiramente o sentido a tomada de posição pró ou contra uma ou outra corrente. O método de que se trata tem outras exigências que não vêm ao caso indicar bastando dizer-se que tem permitido aos colaboradores do

Instituto Brasileiro de Filosofia a efetivação de amplo reexame de nossa meditação, ilustrado pelo programa de reedições críticas que vem patrocinando com o apoio de outras instituições, notadamente a Universidade de São Paulo.

As *Investigações de Psicologia* (1854), de Eduardo Ferreira França, constituem talvez o mais flagrante exemplo da oportunidade do reexame em curso e da fecundidade do método elaborado por Reale. Na fase de domínio da análise participante, iniciada com *A Filosofia no Brasil* (1878), de Sílvio Romero — tendo como momentos destacados trabalho de título idêntico, do Pe. Leonel Franca, escrito nos começos da década de vinte, e a *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (1956), de Cruz Costa — Eduardo Ferreira França foi sem dúvida dos mais injustiçados. Sílvio Romero destaca de todo o livro um único tema e tão-somente para acusar o autor de tê-lo inventado por simples caçoete espiritualista, quando na verdade, segundo se evidenciará, resulta do empirismo extremado de Condillac. Cruz Costa é ainda mais radical porquanto supõe que só por dever de ofício seriam compulsadas as *Investigações de Psicologia*, ainda assim para nelas encontrar apenas “idéias verdadeiramente ridículas”. Sentindo-se autênticos arautos dos novos tempos, espécie de criação *ex nihilo*, faltou-lhes a indispensável humildade para render o tributo devido a quem, como

Eduardo Ferreira França, buscando familiarizar-nos com as idéias de sua época, abria caminho à cultura brasileira. Sobre-tudo impediu-os de inquirir das razões de semelhante esforço, parecendo mais cômodo atribuir-lhe total gratuidade.

O problema de fundamentar a liberdade, não apenas a partir da simples exaltação da pessoa humana, mas do saber tomado em sua totalidade, adquiria palpitante atualidade no Brasil na medida em que, consolidada a Independência, a questão da forma de governo revelava-se em tôda a sua magnitude. A impossibilidade de fazê-lo através do empirismo, por menos radical que fôsse a forma de concebê-lo, torna-se patente no discurso prévio, de Silvestre Pinheiro Ferreira, à sua obra de teórico do liberalismo político, recentemente reeditado (1). Essa evidência há de ter-se impôsto a todos os pensadores que acabaram por aderir à filosofia de Victor Cousin.

O caráter responsável de semelhante adesão — isto é, a ausência de móveis subalternos, seja o desejo de andar na moda seja a propalada subserviência ao pensamento francês — é ilustrado de forma irretorquível pelo livro do médico e político baiano. Educado na França, dos 15 aos 25 anos de idade, recebe ali a mais rigorosa formação naturalista. O período em que frequenta a Faculdade de Medicina de Paris coincide com a ascensão de Victor Cousin, verdadeiro filósofo oficial do governo de Luiz

Felipe. Entretanto, Eduardo Ferreira França somente o descobriria muitos anos depois de seu regresso à pátria, às voltas justamente com o problema de dar fundamentos irretorquíveis à liberdade humana.

O livro em aprêço tem ainda o mérito de situar o conjunto da problemática suscitada, na França, pelo empirismo radical de Condillac — cujo reducionismo relegaria o homem à condição de simples máquina — de que resultaria a formação da denominada *ideologia*. O imperativo, sem dúvida paradoxal, a que é levado o empirismo, de constituir a interioridade, aparece em tôda a sua plenitude na obra de tais pensadores. Dêsse modo, os resultados da meditação de Maine de Biran decorrem do aprofundamento de semelhante perspectiva e dessa forma foi recebida por Eduardo Ferreira França. Longe de corresponder a uma renúncia aos procedimentos científicos, a descoberta do significado da dimensão do espírito pareceu ao ilustre pensador brasileiro decorrência legítima e inelutável do rigor da observação.

Tais são os resultados a que se chega, buscando-se compreender o *problema* com que se defronta e as limitantes conceituais impostas ao pensador por sua *circunstancialidade*.

#### 1. VIDA E ESCRITOS DE EDUARDO FERREIRA FRANÇA

Filho de Antônio Ferreira França (1771/1848) e de D.

Ana da Costa Barradas, nasceu Eduardo Ferreira França em Salvador, a 8 de junho de 1809. O pai diplomara-se, em Coimbra, pelas Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia, as duas últimas criadas pela reforma pombalina de 1772, sendo de destacar que a de Filosofia formava naturalistas, ao contrário do que sugere seu nome, ministrando cursos de botânica e agricultura, zoologia e mineralogia, física, química e metalurgia. Dessa escola, no período considerado — isto é fins do Século XVIII e começos do XIX — saíram naturalistas e pesquisadores de grande nomeada como José Bonifácio de Andrada e Silva, Conceição Veloso, Arruda Câmara, Câmara Bittencourt de Sá, Alexandre Rodrigues Ferreira e tantos outros.

De regresso à Bahia, Antônio Ferreira França dedicou-se ao ensino, tendo ministrado geometria, pelo denominado sistema das aulas régias, e chegado a lente catedrático da Faculdade de Medicina. Depois de instalado o Liceu (1837), incumbiu-se ali da cadeira de grego. A representação política corresponde, entretanto, à parcela essencial de suas atividades.

As lutas da Independência vão encontrá-lo como vereador da Capital. Logo a seguir seria eleito deputado à Assembléia Constituinte. Representou a Bahia na Câmara Federal em três legislaturas subsequentes (primeira, de 1826 a 1829; segunda, de 1830 a 1833; e terceira, de 1834 a

1837). Antônio Ferreira França submeteu ao Parlamento alguns projetos que deram lugar a grandes debates, como aquele em que pretendia a abolição do celibato clerical ou o que declarava livres os filhos de escravos nascidos no Brasil. Foi médico de D. Pedro II.

Eduardo Ferreira França foi mandado a estudar em Paris em 1824, aos 15 anos de idade. A 15 de abril de 1826 é aprovado nos exames a que se submete para o bacharelado em letras e, a 28 de fevereiro de 1828, no bacharelado em Ciências, matriculando-se, em seguida, na Faculdade de Medicina, onde apresenta tese a primeiro de agosto de 1834. Dessa forma, seus estudos na Capital francesa prolongam-se por dez anos (dos 15 aos 25 anos de idade).

A tese intitulava-se *Essai sur l'influence des aliments et des boissons sur le moral de l'homme* (2). Evidencia ter recebido, na França, formação naturalista rigorosa. Deseja encontrar elementos observáveis aptos a explicar o comportamento moral das pessoas. Assim, escreve:

"O encéfalo é um aparelho que desempenha múltiplas funções e estas funções são as que denominamos *faculdades intelectuais e afetivas*. A moral é o produto destas diversas funções" (p. 7). De seu grau de atividade depende a moral. Tudo que tende a aumentar ou a diminuir a atividade das faculdades, estende ou reduz os limites da primeira. Dessa forma, para bem conhecer

a moral dos homens é necessário não apenas estudar os órgãos que a produzem mas também identificar os modificadores que a podem alterar. Entre estes, as substâncias que servem à nossa alimentação merecem atenção. Tal é o escopo da tese.

Os alimentos são estudados em relação ao reino que os fornece (Cap. I); aos princípios que nêles predominam (Cap. II); em relação à sua quantidade (Cap. III); à digestibilidade (Cap. IV); do ponto-de-vista nutritivo (Cap. V); e, finalmente, segundo sejam preparados (Cap. VI). A segunda parte (três capítulos) é dedicada às bebidas e, a terceira, ao que chama de "gêneros de alimentação".

Eduardo Ferreira França tenta provar, ao que supõe a partir da observação rigorosa, que existe uma correlação directa entre as características predominantes da alimentação e as civilizações. A preferência pelo que denomina de "regime animal" torna aos homens, e a nações inteiras, belicosos e violentos, embora corajosos e independentes. O "regime vegetal", em contrapartida, os predisporia à doçura e à compaixão mas ao mesmo tempo à covardia e à passividade. A combinação dos dois tipos ("regime misto") criaria a possibilidade de torná-los aptos a adquirir as mais belas qualidades morais, facultando o desenvolvimento da inteligência, a aquisição da coragem despida de crueldade e da doçura sem a subserviência. Do conhecimento dessa verdade infere-se

o enorme papel da educação, desde que, graças a um regime sãbiamente ordenado, pode-se modificar a moral dos homens.

A tese acha-se amplamente ilustrada pelas observações dos estudiosos que tiveram suas vistas voltadas para a questão. "Observemos a natureza, exclama, façamos experiências, não estabeleçamos nada que não seja comprovado pelos fatos e avançaremos nesse estudo como em todos os outros". (p. 11). Acredita Eduardo Ferreira França que a aliança dos filósofos com os médicos pode conduzir, graças à combinação da capacidade de curar as enfermidades com o conhecimento dos mecanismos determinantes da moral, ao aperfeiçoamento dos homens a fim de torná-los mais felizes. Circula naquela atmosfera criada pelo empirismo radical dos ideólogos, na qual se supunha tivesse a observação científica comprovado à sociedade que a interioridade se define pela exterioridade, encontrando-se a humanidade no limiar de atingir, pela mão da ciência, o ápice da civilização. Por isto mesmo, o grande inspirador do trabalho é Pierre Cabanis (1757/1808), médico como o jovem estudante baiano que, no livro *Relações entre o Físico e o Moral dos Homens* (1802), sugerira um programa dedicado à constituição das ciências morais com idêntico rigor ao apresentado pelas ciências físicas.

Eduardo Ferreira França regressou à Capital baiana em seguida à conclusão do curso e logo

foi nomeado professor da Faculdade de Medicina (a 20 de novembro de 1834). O registro desse evento consta da *Memória Histórica* de 1854, ao que se supõe a primeira elaborada no estabelecimento de ensino. Escreve seu autor, Malaquias Álvares dos Santos:

"Tendo a lei de 3 de outubro de 1832 dividido em três seções as matérias do ensino e determinando que para cada uma delas houvessem dois substitutos, foram êstes lugares também providos por nomeação do Governo Geral em diversas datas, sendo a última em 1834. A seção das ciências acessórias, que segundo uma deliberação dos lentes, em congregação, correspondia Física, Botânica e Química, teve por substitutos os Drs. Justiniano de Souza Gomes e Eduardo Ferreira França, êste filho da Faculdade de Medicina de Paris e aquêlê doutorado na de Bolonha" (3). Sua designação como lente substituto de Química ocorreria em 1837.

Em outubro e novembro de 1838 teve lugar, na Faculdade de Medicina, concurso para a cadeira de Química Médica e Princípios Elementares de Mineralogia, tendo sido aprovado Eduardo Ferreira França, único candidato. A ata de encerramento da inscrição ao concurso é de 11 de outubro e a portaria do Diretor da Escola, nomeando-o, de 7 de março de 1839. Por especial gentileza da diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia, D. Eurydice Pi-

res de Sant'Anna, obteve-se cópia da ata e da portaria mencionadas.

Outros detalhes do evento são apontados por Mário Ferreira a saber: a banca examinadora era constituída de doze professores que escolheram os temas, a serem desenvolvidos pelo candidato, com base em sorteio. A preleção oral (no dia 18 de outubro, sorteada de véspera) versou sôbre a utilidade da química para o progresso da medicina. A prova escrita teve lugar no dia 20 (Qual a teoria mais admissível para explicar o fenômeno da combustão?). Após a leitura do texto redigido pelo examinando, sorteou-se, na mesma data, o tema objeto da tese, que foi apresentada, para arguição, a 13 de novembro (4).

O documento submetido por Eduardo Ferreira França à Escola tinha a seguinte denominação: *Ácido Oxálico e Princípios Imediatos dos Vegetais* (tese de concurso), Bahia, Tipografia Constitucional, 1838.

Sacramento Blake, tendo estudado com Eduardo Ferreira França, informa que, em função do magistério, o seu mestre "escreveu ainda vários *Discursos Introductorios ao Estudo de Química Médica*, que foram publicados pelos seus alunos, em opúsculos. Possui alguns, que perdi" (5).

Além do magistério na Faculdade, Eduardo Ferreira França, logo após o seu regresso da Europa, em maio de 1835, passa a exercer as funções de diretor do Gabinete de História Natural da Bahia. A instituição originara-se

do recém-criado Museu de História Natural, agregado ao Liceu. De seu interêsse pela matéria ficou-nos a descrição da família das *Pigrechas*, divulgada num periódico local (*O Crepúsculo*, do ano de 1845/46), que vai precedida da seguinte introdução:

"O estudo da História Natural é tão interessante e tão instrutivo que deveria entre nós fazer parte da instrução da mocidade, como acontece em todos os países que têm chegado a certo grau de civilização. Há tantas aplicações às ciências e às artes que exigem o conhecimento dos indivíduos naturais, que seria vergonhoso ao homem que tem alguma educação ignorar inteiramente a sua história, e sendo nosso País tão rico em produções da natureza, é de nosso rigoroso dever estudá-las e examiná-las, pois que muitas delas se hão de tornar verdadeiras fontes de riqueza, e já a experiência nos tem mostrado que podemos nos passar da maior parte das substâncias exóticas, havendo entre nós outras que nada cedem em energia e utilidade, e que mesmo nos são peculiares. Assim pois é mister que a História Natural entre como um elemento indispensável na educação da mocidade brasileira, mocidade tão cheia de vigor e de tantas esperanças, a quem sômente falta encaminhar e acoroçoar.

"Dirigindo um estabelecimento de história natural, tenho por obrigação classificar os indivíduos naturais, e apesar de que este estabelecimento ainda seja bem principiante, contudo encerra al-

gumas coleções, que, embora incompletas, são já suficientes para dar alguma tintura de história natural, e como estou convencido de que devemos principalmente saber as nossas coisas, propus-me descrever os animais de nossa pátria.

"Principio a dar alguns artigos sôbre a ornitologia, que de certo são incompletos não só porque, apesar de meus esforços, não existem ainda no Gabinete tôdas as aves do Brasil, como também porque me falece a instrução precisa, porém o desejo de ser útil deve-me merecer desculpa.

"Talvez minhas descrições apresentem algumas diferenças daquelas que se acham nos autores, mas posso afirmar que são tôdas feitas tendo o objeto presente, e que só descrevo o que vejo, e por isso não dou ainda uma relação completa de tôdas as aves do Brasil.

"A classificação seguida é a de Cuvier, como se acha na segunda edição do Reino animal".

A promessa não foi cumprida desde que não mais voltaria ao assunto.

Em 1842, decorridos sete anos de seu retôrno de Paris, com 33 anos incompletos, ingressa na atividade política, elegendo-se deputado à Assembléa Provincial da Bahia. Observe-se que a família Ferreira França detinha posição de mando nas hostes liberais do Estado. Assim, na terceira legislatura federal (1834/1837), além do pai, tomaram assento na Câmara os filhos Cornélio e Ernesto. O último repre-

sentou a Bahia ainda nas legislaturas de 1843/1844 (quinta, e partir do segundo semestre de 1843) e de 1845/47 (sexta) (6).

Eduardo Ferreira França foi deputado estadual na quarta (1842), quinta e sexta (1843/1847) legislaturas. Nessa qualidade participou da elaboração de dois documentos: parecer sôbre as águas minerais de Itapicuru (1843) e relatório sôbre a situação do sistema penitenciário da Província (1847).

Elege-se deputado federal à sétima legislatura (1848/49), que só se reúne na primeira sessão (3 de maio/5 de outubro de 1848), desde que dissolvida a 19 de fevereiro de 1849. Na oitava legislatura (1850/1852), Eduardo Ferreira França assume o mandato na Câmara Federal, a partir de junho de 1851, em decorrência da nomeação do Visconde de São Lourenço para o Senado, e no impedimento de Luís Antônio Barbosa de Almeida. Na nona legislatura (1853/56) substitui Zacarias de Góis e Vasconcelos, na sessão de 1854. Finalmente, é eleito para a décima legislatura (1857/1860), não chegando entretanto a tomar posse (7).

Na fase política, além da atividade parlamentar e docente, interessou-se por questões de saúde pública, a que dedicou dois ensaios. Assinale-se que os estudos efetivados para a elaboração do segundo — *Influência das emanações pútridas animais sôbre o homem* (1859) — levaram-no a pronunciar-se, nas sessões de

11 e 12 de agosto de 1851, da Câmara dos Deputados, a respeito da localização dos cemitérios na cidade do Rio de Janeiro (8). Maior interesse para a análise da evolução de suas idéias tem o primeiro ensaio, editado no mesmo ano mas reunindo textos divulgados no periódico baiano *O Mosaico*, dos anos de 1845/46. Intitula-se *Influência dos Pântanos sobre o Homem* (1850).

Em seguida à breve introdução, o livro contém os seguintes tópicos: Dos pântanos e da causa de sua ação (p. 2/11); Das circunstâncias que modificam a ação dos pântanos (p. 11/17); Ação sobre o físico e o moral (p. 17/26); Extinção e sacrifício dos pântanos (p. 26/29); e Regras higiênicas (p. 29/32).

Seus objetivos são apresentados nos termos adiante transcritos: "Em nosso país existe uma tão grande quantidade desses focos perenes de emanações nocivas que, ainda no recinto de nossas cidades, tornam-se causa muito ativa de enfermidades; e por essa razão é de suma utilidade mostrar quanto são perigosos, propor os meios de extingui-los e, enquanto isto não se consegue, indicar alguns conselhos àquelas pessoas que estão sob sua influência, a fim de que sejam minorados seus perniciosos efeitos. Neste intuito, desejando contribuir com nosso fraco contingente para o bem-estar de nossos compatriotas, coligimos tudo quanto se acha escrito em diversos autores, muitas vezes nos apropriamos de suas expres-

sões, e damos hoje o resultado de nossas leituras, animados somente pelo ardor do bem, e esperamos que as autoridades, procedendo às necessárias pesquisas, e com o indispensável conhecimento das localidades, empregarão os recursos mais consentâneos, e farão desaparecer essas fontes de insalubridade" (9).

O pequeno opúsculo contém uma afirmativa apta a evidenciar a persistência da influência naturalista, recebida durante os estudos na França. Ei-la:

"O homem é nesses lugares de um caráter triste, melancólico, apático, por isso gosta da solidão, da indolência e cuida pouco em seu destino; é ignorante e supercioso, e portanto timorato, miserável pouco industrioso e rotineiro; de uma insensibilidade moral maior talvez do que a insensibilidade física e, por isso, trata a família com indiferença e mesmo com brutalidade. Pouco capaz de paixões violentas, comete crimes com premeditação, perfídia, e todos aqueles que pertencem às almas fracas e covardes. Nestes lugares se nota muita devassidão e libertinagem, muitos abortos e infanticídios e muito pouca fé conjugal" (10)

Dessa forma o ensaio considerado tem o mesmo sentido da influência que os alimentos e as bebidas exerceriam sobre a moral dos homens, defendida em 1834. Nos anos subsequentes, a aceção do caráter determinante das circunstâncias físicas seria ampliada para incluir elementos desfavoráveis do meio ambiente.

Como se vê, a experiência no magistério e a própria atividade política como deputado à Assembléia da província, não parecem tê-lo levado ao reexame das concepções que nutria desde a juventude. É como homem maduro, ultrapassados os quarenta anos, depois do exercício da representação parlamentar, no plano federal, que se dispõe a fazê-lo. A vinculação entre os dois fatos nada tem de fortuita.

A julgar por alguns dos pronunciamentos de Eduardo Ferreira França no Parlamento Federal, vê-se que foi incumbido de tarefas importantes como representante da facção liberal, o que se explica, de um lado, pela posição de destaque que a Bahia representava no conjunto das províncias; e de outro, pela tradição dos Ferreira França naquele movimento. Os méritos pessoais do jovem político devem também ter desempenhado o seu papel.

Falando em nome dos liberais, na sessão legislativa de 1854, a propósito da reforma judiciária, Eduardo Ferreira França define a agremiação liberal como depositária do elemento popular enquanto a conservadora seria a guardiã do princípio da autoridade. O Gabinete dito da Conciliação, no poder, sob a chefia de Honório Hermeto Carneiro Leão, segundo o parlamentar baiano, ao invés de cumprir o programa apresentado no plano dos princípios limitara-o aos homens. A respeito da conciliação de princípios assim se manifesta:

“Quando se fala em Concilia-

ção, disse eu comigo: pode ser que eu seja também conciliador, porque embora alguns dos nobres ministros pertençam ou pertencessem ao partido que queria com tóda a fôrça o poder da autoridade, via, também, ao lado desses ministros, outros que comigo lutaram nas mesmas fileiras. Dizia eu, pois, que contendo o Ministério atual homens que sempre pertenceram ao partido da autoridade, mais outros que comigo pelejaram a favor do partido popular, deveria haver uma conciliação, porque cada um cederia alguma coisa de suas opiniões, o que sempre seria vantajoso ao lado liberal, porque o princípio da autoridade havia tudo invadido, e assim se formaria um terceiro partido, que refreando os impulsos da autoridade e corrigindo os abusos por esta praticados, iria aproximando a época em que os preceitos da constituição fôssem realizados; e de outro lado o partido popular, mais esperançoso pelo futuro do país, cederia algum tanto de suas justas pretensões, e assim se poderiam conciliar as opiniões, e se chegaria a um acôrdo que traria, sem dúvida, grandes vantagens, e os ânimos se acalmariam” (11).

Esse entretanto não seria o entendimento da questão, ao que exclama: “Mas, em verdade, tenho perdido a esperança que tal aconteça, porque, perdoem-me os nobres ministros, a Conciliação tem-se constituído unicamente em chamar-se para os cargos públicos a membros do partido da opposição; mas, quanto aos prin-

cípios, não tenho visto até aqui reforma nenhuma”.

Parecia-lhe, desde 1848, que a divisão fundamental entre os partidos consistia na participação “que deve ter o elemento democrático na formação das leis auxiliares ou próprias, para que a Constituição seja uma realidade”. Ao que acrescenta: “Um partido político tem querido restringir, com leis que tem promulgado, o elemento popular da Constituição; êste elemento está muito bem definido na Constituição: é a base de todos os elementos do Estado, e tem sido proclamado por tôda a Europa” (12).

A Constituição fôra concebida segundo preceitos liberais. Para torná-la realidade era imprescindível assegurar a legitimidade da representação, porquanto, “se todos os partidos se devem guiar por princípios, se todos os partidos devem ter por fim o que fôr mais útil ao país, parece-me que tôdas as opiniões devem ser convenientemente representadas” (Discurso de 12/7/1854). Além disto, “em tôda sociedade organizada dois elementos se acham em presença: o povo e o Govêrno, a liberdade e o poder, o elemento democrático e o elemento da autoridade”. As constituições, entende, “não foram feitas em favor do poder; as constituições são sempre feitas em favor dos povos”. No mesmo pronunciamento, de 26/8/1851, acrescenta:

“A liberdade é sempre que precisa de garantias, o poder é sempre forte contra os direitos individuais; e a nossa Constituição reconhece tanto esta verdade

que ela tôda não é senão o desenvolvimento dêsse princípio; o seu fim é garantir os direitos do cidadão; e para isto dividiu o poder, porque a nossa Constituição liberal viu que o perigo para a liberdade estava no poder único concentrado”.

Do que se indicou parece suficientemente explicitada a maneira como Eduardo Ferreira França entendia a missão do Partido Liberal. O eixo e o cerne do problema reside na liberdade da pessoa humana. Como a fundamenta o parlamentar baiano? Recorreria aos princípios naturalísticos aprendidos na França e defendidos nos textos anteriormente referidos?

Eis como se manifesta no citado discurso de 1851: “Os direitos do homem, Sr. Presidente, são tão inatos como as suas faculdades. A Constituição do Brasil, liberal como é, reconheceu que êsses direitos eram anteriores, pré-existentes, a qualquer pacto fundamental; que êsses direitos devem ser respeitados e protegidos na pessoa a quem Deus os uniu indissolúvelmente, e por isso ela o que oferece são garantias para êsse direito”.

Dessa forma, foi a atividade política — mais precisamente, a representação federal — que levou Eduardo Ferreira França, a esbarrar com o problema da liberdade humana e, por essa via, a rever as concepções aprendidas em sua pátria espiritual. Essa tarefa seria o escopo de seu último livro: *Investigações de Psicologia* (1854).

Eleito, segundo se indicou, mais uma vez, para representar a Bahia na Legislatura Federal que se iniciava em 1857, Eduardo Ferreira França não chegou a exercer o mandato, por ter falecido nesse mesmo ano. Na *Memória Histórica* da Faculdade, do ano seguinte, assim Antônio José Alves registra o fato:

“No dia 11 de março de 1857 o Dr. Eduardo França, digno e estimado professor desta escola tendo resolvido, por conselho de seus médicos e amigos, empreender uma viagem à Europa, a ver se encontrava aquêlê alívio, que de balde procurava nos recursos, que havia empregado, faleceu em caminho de uma afecção do tubo digestivo, que lhe havia minado a saúde e a vida.

“A notícia de sua morte contristou esta cidade, onde era o Dr. Eduardo França amado como um dos melhores filhos, prezado como um dos melhores amigos.

“A Faculdade cobriu-se de luto por sua morte; porque sua inteligência brilhante, seu caráter conspícuo e sua ilustração reconhecida, lhe havia conquistado a estima, o respeito e a amizade de todos.

“O Dr. Eduardo deixou na escola e no país as mais vivas saudades e a mais cordial lembrança de suas preciosas qualidades” (13).

## 2. O PROBLEMA DA LIBERDADE EM MAINE DE BIRAN

O empirismo encerra um paradoxo a respeito do qual nem

sempre se medita com a necessária profundidade. Trata-se do imperativo a que chega de voltar-se para a interioridade e constituí-la. Esse processo pode ser ilustrado através da análise da evolução do sensualismo francês, interessando sobremaneira à plena compreensão do curso seguido pela vertente psicológica do ecletismo brasileiro, em geral (14), e por Eduardo Ferreira França, em particular.

Na França, incumbiria a Condillac (1715/1780) a tarefa de radicalizar a hipótese lockiana. Sustenta que a alma é puramente passiva desde que preserva como uma única qualidade a capacidade de sentir. O caráter diversificado dos agentes exteriores explicariam as diferenças existentes entre os fatos interiores, reduzindo-se as operações da alma aos hábitos adquiridos. Assim, o fenômeno da *atenção* resultaria da ação, sôbre os sentidos, de um único objeto. Da atenção, por simples desdobramento, sai a *comparação*; da comparação, o *juízo*; do juízo, todo o resto. O *desejo* decorre da reprodução da sensação na ausência do objeto. O homem, em suas mãos transforma-se numa simples máquina.

No projeto baconiano, em cuja raiz acha-se a ciência moderna, tratava-se de identificar os procedimentos aptos a assegurar o indispensável rigor à observação e, por essa via, garantir à indução validade equiparável à dedução. Buscava-se um saber de universalidade incontestável, capaz de opor-se ao monumento escolásti-

co que se tentava demolir. A identificação desse projeto com o que veio a denominar-se *metodologia* e a descoberta efetivada por Galileu (15), das características de que se deveriam revestir as observações, se abriu o caminho à constituição de uma nova física, criou a necessidade de teorizar-se a respeito do conhecimento. A hipótese empirista, que se configura plenamente na obra de Locke, ao radicalizar-se com Hume ou Condillac, reduzindo o processo às impressões e sua associação através do hábito — negando ao espírito qualquer contribuição — chega a resultados diametralmente opostos aos preconizados por Bacon. Algo de tão aleatório como o hábito está longe de fundar a validade universal de qualquer espécie de saber. A par disto, o processo de aprofundamento das teses empiristas coincide com o reconhecimento da universalidade da nova ciência, a física de Newton. No caso particular de Hume, o que se achava em germe, em sua obra, era o conceito de um determinismo de tipo probabilístico. Na segunda metade do Século XVIII, entretanto, não era esse o caráter que se atribuía à ciência newtoniana. Dessa forma, o primeiro impasse ante o qual se encontrava o empirismo radical consistia na impossibilidade de explicar a validade do novo saber da natureza. Kant, que se propõe precisamente a resolver esse problema, assim o entende: "O célebre Locke, . . . . porque encontrara, na experiência, concei-

tos puros do entendimento, derivava-os também da experiência: procedeu entretanto com *tamãha inconseqüência* que pretende chegar, por essa via, a conhecimentos que ultrapassam todos os limites da experiência. David Hume reconheceu que, para ter o direito de fazê-lo, era necessário que esses conceitos tivessem sua origem *a priori*. Mas, como não pôde explicar como seria possível, que o entendimento pudesse pensar conceitos que, não se achando ligados em si no entendimento como estavam necessariamente ligados no objeto e como não lhe vinha ao espírito que o entendimento era, talvez, por tais conceitos mesmos, o criador da experiência que lhe fornece seus objetos, viu-se obrigado a derivá-los da experiência (a saber, de uma necessidade subjetiva que resulta de uma associação repetida na experiência e que se chega falsamente a tomar por objetiva, isto é, do *hábito*); mas mostra-se em seguida bastante *conseqüente* ao declarar impossível ultrapassar, com conceitos dessa espécie e com os princípios aos quais dá nascimento, os limites da experiência. Mas a derivação *empírica*, a que ambos recorrem, não se pode conciliar com a realidade dos conhecimentos científicos *a priori* que possuímos, a *matemática* pura e a *física geral* e, por conseguinte, é contraditado pelos fatos" (16).

Também a liberdade humana era relegada à orfandade nos marcos do empirismo. A circunstância de que Locke haja sido,

ainda, teórico do liberalismo político e artífice do governo representativo, explica-se pelo fato de que a teologia protestante livrara-o do imperativo de ater-se a um sistema, coerente em seu todo, a par de que engendrara uma nova ética, em consonância com a solução encontrada para o problema teodicéico e as questões relacionadas ao significativo do mundo e da vida, bem como para a tensão entre o indivíduo e o código moral (17). O empirismo francês, que estava mais próximo de uma atitude laica — embora o seu grande mestre, Condillac, renegasse o materialismo e se tenha mantido espiritualista — não podia renunciar ao sistema nem abdicar de defrontar-se com o problema da liberdade humana, suscitado, entre outras coisas, pelo liberalismo político a que se aferravam seus porta-vozes. Eis o *leitmotiv* da meditação dos chamados ideólogos, que iriam escolher o caminho da investigação da interioridade.

Segundo Brehier, pode-se afirmar legitimamente que a ideologia consiste no movimento filosófico nascido da obra de Condillac. Sua idade de ouro começa em 1785, com a criação do Instituto, cuja escola superior é a Academia de Ciências Morais e Políticas. Seus partidários iriam aderir com entusiasmo ao golpe de Estado desfechado por Napoleão (18 Brumário do Ano VIII — 9 de novembro de 1799). Dentre eles muitos seriam nomeados senadores e tribunos. Os ideólogos eram, entretanto, fiéis

ao liberalismo político, razão pela qual acabariam rompendo com Napoleão. Disso resulta o fechamento da Academia, em 1803. A Universidade Imperial seria fundada sob a égide dos românticos e tradicionalistas. Na oposição, os ideólogos revelam-se conspiradores ativos, a ponto de que Napoleão afirmaria, em 1812: “Tôdas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutileza as causas primeiras, quer fundar sobre sua base a legislação dos povos ao invés de adaptar as leis ao conhecimento do coração do homem e às lições da história (18).

Considera-se que a ideologia não tenha chegado a gerar grandes pensadores. Contudo, repercute em diversos países. Nos Estados Unidos, Jefferson (1743/1826), terceiro presidente da República, nutria grande entusiasmo pelos ideólogos e traduziu, êle mesmo, livros de Tracy. Sua influência no Brasil foi estudada por Miguel Reale (19).

Destacam-se, entre os representantes dessa corrente, Cabanis, Holbach, Helvécio e Destutt de Tracy. As idéias do último são as que mais de perto dizem respeito à presente análise.

Destutt de Tracy (1754/1836) tem como obra principal os *Elementos de Ideologia*, integrada por diversos tratados (Ideologia; Gramática geral; Lógica e Tratado da Vontade). Escreveu, em 1806, um comentário ao *Espírito das Leis* de Montesquieu, só pu-

blicado na França depois da queda de Napoleão.

A ideologia consiste no estudo das faculdades humanas. Para Tracy, não só as sensações constituem o elemento primitivo, atribuindo idêntica característica ao juízo, ao desejo e à recordação. Mantém a sensação como único ponto de partida. Mas reconhece que esta só nos revela o nosso próprio estado. As relações, que não se inferem desse elemento isolado, requer a interveniência de outras faculdades. Admite quatro modos irredutíveis de sensibilidade: querer, julgar, sentir e recordar. Por essa via vai tentar resolver alguns dos impasses gerados pelo empirismo radical de Condillac. Na prática, ao reducionismo de seu predecessor, vai opor a observação imediata e concreta.

Importa assinalar que Destutt de Tracy recorre ao que se denominava de motilidade ou força motriz, que se evidencia quando a vontade intervém para mover o próprio corpo ou um de seus membros, a fim de resolver o problema tão difícil na meditação de Condillac que é o da percepção externa, isto é, a maneira pela qual chega o seu homem-máquina a distinguir-se das próprias sensações que constituem sua vida interior e a evitar o solipsismo.

A êsse respeito escreve Henri Gouhier:

“Condillac fez da sensação uma modificação do espírito: ela é pois puramente subjetiva. Como sair das modificações do es-

pírito? Que modificação poderia transformar o subjetivo em objetivo? Condillac não encontrou a resposta desde logo; ao reeditar o *Tratado das Sensações*, atribui o privilégio de *desubjetivar* a modificação do espírito ao tocar móvel na percepção da solidez. Mas, observa Destutt de Tracy, porque esta última percepção seria objetiva? Se a estátua permanece imóvel, pode-se beliscá-la, picá-la, colocar sobre uma parte de seu corpo um objeto que a pressione: as sensações correspondentes serão perfeitamente simples e subjetivas como o odor de rosa. É a motilidade e não o tocar, que no tocar móvel, provoca o juízo de exterioridade. A motilidade é pois uma espécie de sexto sentido, distinto e independente dos outros, sem órgão próprio; pode misturar suas impressões às diversas sensações e, assim, conferir-lhes objetividade” (20). Destutt de Tracy, entretanto, não saberia retirar dessa hipótese tôdas as conseqüências que nela enxergaria o fundador do *positivismo espiritualista*.

De modo sumário, tal é a problemática com que se defronta Maine de Biran (1766/1824). Sem querer resumir o conjunto de sua meditação, tortuosa e complexa, que tanta influência iria exercer em seus contemporâneos e em todo o pensamento francês do Século XIX, imprescindível se torna acompanhar a maneira pela qual, partindo de pressupostos empiristas radicais — tendo como meta elimi-

nar o inatismo da própria consciência, que supunha tivesse sido preservado no empirismo precedente — chega a fundar a liberdade e, portanto, à plena exaltação do espírito. O tema acha-se presente a tôda a obra de Biran, segundo se pode ver dos textos reeditados recentemente (21). Contudo, suponho que represente uma formulação amadurecida o *Ensaio sobre os Fundamentos da Psicologia* (1812), que se tomará por base (22).

Para Maine de Biran trata-se, em primeiro lugar, de distinguir os fatos primitivos do senso íntimo que devem servir de fundamento à ciência dos primeiros princípios. Assim, escreve: "Tudo o que existe para nós, tudo que podemos perceber externamente, sentir em nós mesmos, conceber em nossas idéias, não nos é dado senão a título de fato" (Ed. cit. pág. 77). Entende ainda que um fato nada representa se não é conhecido, se não há um sujeito individual permanente que conhece. Dessa forma, a condição do fato é o sentimento da existência individual que em psicologia denomina-se consciência.

A sensação simples (Condillac) não é ainda um fato. A estátua enquanto odor de rosa não existe para ela mesma. Não há fundamento interior para o verbo ou cópula *eu sou*. A experiência ensina que todos os homens, sem carecer de qualquer metafísica profunda, distinguem o seu próprio eu do que se acha fora de si mesmo. Essa distinção

é essencial ao exercício do ato que se denomina conhecer. "O fato primitivo não é a sensação mas a *idéia* da sensação que somente tem lugar quando a impressão sensível concorre com a individualidade pessoal do eu" (pág. 81).

O reconhecimento da distinção em aprêço como condição do conhecimento não explica, por si mesmo, possa a consciência de si representar um fato primitivo. O eu não se pode conhecer senão em relação a qualquer impressão e que o modifica e não por uma experiência privilegiada do absoluto. O que tem lugar na verdade é uma *tensão bipolar* (*dualidade primitiva*), e não a evidência do caráter primitivo do fato que se deseja destacar. Donde a necessidade de aprofundamento da análise.

As sensações de que se tem noção provindo do interior de nosso organismo não apresentam nenhum caráter privilegiado em relação às sensações externas. O problema tampouco pode ser resolvido pela via da admissão de uma substância absoluta que recebe de Deus as idéias no momento de sua criação, no plano da pura passividade (característica que é aliás comum ao empirismo, assinala, e não apenas ao inatismo).

A solução de Biran será formulada nos seguintes termos: "Encontramos atualmente em nosso espírito a *idéia* da substância; mas não é difícil provar que esta noção relativa é uma dedução bastante distanciada dos fa-

tos primitivos. Encontramos também, profundamente arraigada em nós, a noção de causa ou de força; mas anterior à noção acha-se o sentimento imediato da força, e este sentimento não é outra coisa senão o de nossa existência mesma de que a atividade é inseparável. Pois não podemos nos conhecer como pessoas individuais sem nos sentir causas relativas a certos efeitos ou movimentos produzidos no corpo orgânico. A causa ou força atualmente aplicada a mover os corpos é uma força ativa a que chamamos *vontade*. Mas a existência da força não é um fato para mim senão enquanto se exerce, e ela não se exerce senão enquanto pode se aplicar a um termo resistente ou inerte. A força não é pois determinada ou atualizada senão em relação a seu termo de aplicação, do mesmo modo que este não é determinado como resistente ou inerte senão em relação à força atual que o move, ou tende a imprimir-lhe movimento. Ao fato desta tendência é que denominamos *esforço* ou *ação voluntária* ou *volição*, e digo que este esforço é o verdadeiro fato primitivo do senso íntimo. Só ele reúne todos os caracteres e preenche todas as condições analisadas precedentemente" (p. 87).

A descoberta de Maine de Biran preenche efetivamente todas as exigências da observação introspectiva, que chegara a adquirir situação privilegiada na evolução da hipótese empirista. Além disto, foi trabalhada pelo

seu autor de forma exaustiva, com tal rigor que nem se dera o direito de publicar o conjunto das análises que chegou a efetivar, o que somente teria lugar depois de sua morte. Assim, uma investigação que se considerava, à época, realizada segundo cânones científicos, chegara a fundar a liberdade da pessoa humana. É natural que provocasse entusiasmo sem limites e desse origem a uma corrente importantíssima no pensamento francês, batizada de *positivismo espiritualista*. Representante destacado desse movimento, Bergson assim se manifestaria acerca de Maine de Biran:

"Nos começos do século, a França teve um grande metafísico, o maior que produziu depois de Descartes e Malebranche: Maine de Biran. Pouco notada no momento em que aparece, a doutrina de Maine de Biran exerceu uma influência crescente: pode-se perguntar se o caminho que o filósofo abriu não é aquele pelo qual a metafísica deverá marchar definitivamente. Em oposição a Kant (e não é por acaso que foi chamado o *Kant francês*), Maine de Biran julgou que o espírito humano era capaz, ao menos sobre um ponto, de alcançar o absoluto e fazê-lo objeto de suas especulações. Ele mostrou que o conhecimento que temos de nós mesmos, no sentimento do esforço, é um conhecimento privilegiado, que ultrapassa o puro fenômeno e que atinge a realidade em si — esta realidade que Kant declarava

inacessível às nossas especulações. Em suma, êle concebeu a idéa de uma metafísica que se elevaria cada vez mais alto no sentido do espírito em geral, à medida que a consciência mais fundo penetrasse na vida interior. Ponto-de-vista genial, do qual tirou as conseqüências sem deixar-se levar por jogos dialéticos, sem construir sistema" (23).

É certo que Maine de Biran, a exemplo de Kant, procurou conciliar a evidência de que o conhecimento *começa* com a experiência, sem que por isto possa dela ser integralmente derivado, porquanto pressupõe e exige a interveniência do espírito. A tentativa de explicar essa interveniência do espírito pela via psicológica — que o filósofo de Koenigsberg tratou de evitar — empreendida por Maine de Biran, revelou-se entretanto de enorme fragilidade, além de que envolve a crença na possibilidade daquilo que Kant denominou de metafísica dogmática. Em mãos de Victor Cousin, a fragilidade transformar-se-ia em gratuidade. Reconhecê-lo não implica ignorar o grande significado que a meditação de Biran chegou a adquirir para o grupo de pensadores brasileiros que, a exemplo de Eduardo Ferreira França, tinha pela frente o problema magno de conceber um sistema, harmônico em seu todo, no qual o liberalismo político encontrasse lugar adequado. São palavras do médico baiano:

"Imbuído nas idéias da escola,

chamada sensualista, entusiasta de Destutt de Tracy, a ponto tal que só procurava conhecer e estudar as obras dos sábios a que êle dava preferência, tornei-me um discípulo do materialismo, e estava convencido de que nada havia além da matéria, e que o espírito era uma simples função de um órgão. Li e reli por muitas vêzes as obras do filósofo célebre, que me serviu de mestre; só sentia prazer em ler obras cuja doutrina se assemelhava à sua, e as outras me desgostavam e pouca atenção me mereciam. Tendo, porém, de abandonar êsses estudos para me entregar àquêle que tinha por fim dar-me a profissão de médico, deixando de ler os filósofos, não deixei de pensar sobre o objeto de que se ocupavam. Materialista, encontrava em mim um vazio, andava inquieto, aflito até; comecei então a refletir, e minhas reflexões me fizeram duvidar de muitas coisas que tinha como verdades demonstradas, e pouco a pouco fui conhecendo que não éramos só matéria, mas que éramos principalmente uma coisa muito diferente dela. Procurava nas minhas reflexões examinar o que era eu na realidade, observava que muitos fenômenos não eram explicáveis pela única existência da matéria; e assim progressivamente fui examinando as minhas opiniões, até que passados alguns anos, e tornando ao estudo dos filósofos, fui lendo aquêles que ao princípio me haviam desgostado e encontrei um prazer indefinível; e o profundo Maine

de Biran contribuiu especialmente para esclarecer a minha inteligência.

"Todavia não posso deixar de reconhecer que ao distinto filósofo, que me serviu de mestre, sou devedor de muito, porque, conquanto siga uma doutrina que hoje não adoto, ninguém mais do que êle é dotado de um rigor lógico tal, que o impele às últimas conseqüências de princípios muitas vêzes admitidos sem muita razão; foi êle sôbre todos o que me ensinou a racionar e me proporcionou os meios de duvidar até de sua própria doutrina" (24).

### 3. AS INVESTIGAÇÕES DE PSICOLOGIA

O propósito essencial das *Investigações de Psicologia* consiste em evidenciar que, sem a menor violação dos princípios da observação rigorosa, desenvolvidos pela ciência moderna a partir de Bacon, podem ser identificadas aquelas atividades aptas a refutar o empirismo extremado e a comprovar a existência do espírito. Assim, o espiritualismo resultaria do conseqüente aprofundamento da perspectiva naturalista e não de seu abandono. No entendimento do autor, o livro contém reflexões sôbre a *psicologia experimental*, sendo propósito seu — que não chegou a concretizar — dedicar outro ensaio ao que chama de *psicologia racional*. Em decorrência de semelhantes objetivos, a exposição seguirá o estilo científico, sobre-

tudo no que respeita à mobilização de experimentos e observações.

Os grandes temas do livro são, na ordem da exposição: 1º) apresentação do que se poderia denominar de *teoria neutro-fisiológica da percepção*; 2º) o estudo dos instintos e, 3º) a análise da vontade. Na verdade, os instintos representam uma espécie de substrato a partir do qual se formam as faculdades intelectuais, assim denominadas a percepção de si mesmo e dos estímulos externos, o aparelho sensível, a consciência e a razão. A vontade é o elemento catalizador dos diversos poderes de que é dotado o homem, cabendo-lhe a função de constituí-lo como pessoa. Vê-se que o autor preocupa-se em enfatizar o caráter unitário desse conjunto de aspectos. Contudo, o empenho de tudo classificar, da forma a mais pormenorizada — louvando-se, aliás, na opinião de Royer-Collard, segundo a qual "é menos perigoso separar fenômenos, que se assemelham, do que confundir fenômenos de natureza diversa", e tomando por lema que a multiplicação das classes "é menos perigosa do que sua demasiada restrição, porque a sua multiplicação é um sinal de que os fenômenos foram melhor aquilatados, e sua demasiada restrição prova que muitos de seus elementos foram desprezados e desconsiderados" — não deixa de causar ao leitor a impressão de fragmentar-se a pessoa humana na multiplicidade descrita.

Incumbe, entretanto, fazer-lhe justiça. Assim, ao estudar as faculdades assinala que se trata de classificá-las segundo o método que se tem adotado nas ciências naturais. Adverte desde logo que "as classificações são obra do espírito humano; na natureza só há indivíduos, não classes". E mais: as faculdades são "modos de se exercer o espírito; não são unidades que dividam o espírito, são unidades lógicas, unidades artificiais. E o mesmo ser que sente, que conhece, que quer, que obra. As faculdades são poderes que tem a alma; êstes poderes são a própria alma operando, dêste ou daquele modo. O espírito é sempre um"...

A Eduardo Ferreira França parecerá imprescindível retomar o tema das sensações com a maior amplitude, mobilizando tôdas as observações registradas pelos fisiologistas em seu tempo. A questão absorve, na prática, quase a totalidade do Tomo Primeiro de seu livro. Esse imperativo, tudo leva a crer, decorreria sobretudo da exigência de fidelidade ao naturalismo originário, do mesmo modo que à formação médica. Maine de Biran, segundo se indicou, tomava como ponto-de-partida aquilo que denomina de *dualidade básica*, isto é, a distinção entre objeto percebido e sujeito que percebe. Considerava mesmo a impossibilidade de "negar essa distinção que todos os homens fazem, sem ter necessidade de uma metafísica profunda nem de grandes esforços de reflexão" (25). Eduardo Ferreira França,

por sua vez, quer dar-lhe fundamentos fisiológicos e preservar a continuidade biológica, destacando o papel dos institutos.

Assinale-se que Sílvio Romero, sem se dar conta de que o empirismo de Condillac engendrara o grave problema teórico de distinguir a sensação externa, do corpo de quem a percebe, supõe que semelhante exigência decorreria da hipótese espiritualista. Assim, ao analisar as *Investigações de Psicologia*, de Eduardo Ferreira França, escreve:

"Apreciemos o seu trabalho no ponto em que o escritor se quer mostrar um pouco original, no capítulo em que trata da localidade. Para êle é esta uma faculdade pela qual conhecemos o nosso próprio corpo. O filósofo reduz o homem a uma alma recôndita, remota, a tal ponto distinta do corpo que êste correria o risco de confundir-se com um outro corpo qualquer, se aquela não tivesse uma faculdade especial que o vem salvar de um completo esquecimento. É o requinte da espiritualidade!..."

"Os psicólogos exibem, às vezes, argumentos verdadeiramente irrisórios. Dizem, por exemplo, que nós distinguimo-nos de nosso próprio corpo, porque cada um de nós diz: *meu corpo*, e não se confunde, pois, com êle!..."

"Êste fato, vulgaríssimo, é um resultado do hábito que, igualmente, nos permite dizer no mesmo rigor: *minha opinião, minha idéia, meu pensamento, minha alma*... É uma ingenuidade lançar mão de recursos tão ínfimos" (26).

O empirismo radical de Condillac, ao reduzir a interioridade de seu homem-estátua ao odor de rosa ou a qualquer outra sensação proveniente do exterior, é que suscitou a dificuldade de distingui-lo da fonte da sensação. Tampouco se pode dizer que o conceito de alma, na obra de Eduardo Ferreira França, tivesse algo a ver com a caricatura que dele fez Sívio Romero. Finalmente, recorrer ao hábito para explicar um evento sobre o qual se vai erigir toda uma edificação filosófica equivale a dar-lhe os mais frágeis fundamentos.

Para o médico baiano, a percepção da localização externa das sensações repousa na localização interna, "instintiva e primitiva", que nos dá o conhecimento "vago e indeterminado" do nosso próprio corpo. Sem essa base não haveria a intervenção da vontade, que configura de modo acabado aquele conhecimento. Assim, deseja estabelecer uma inquirição com pressupostos científicos a partir mesmo daquilo que Biran tomara como um simples dado. Do mesmo modo, o trânsito para a moralidade não se dará com a ignorância dessa base instintiva e biológica. Por essa forma, vai estabelecer a necessária continuidade entre o objeto das *Investigações de Psicologia* e as pesquisas anteriores.

Em seguida à análise do fenômeno da localização, Eduardo Ferreira França estabelece como ponto-de-partida do processo perceptivo o que denomina de

*sentimento fundamental*, espécie de estado de humor resultante do conjunto de impressões sensitivas internas. Escreve: "De ordinário, estas impressões espontâneas ou vitais ficam estranhas à consciência, e, quando se manifestam a ela, é quase sempre obscuramente. Às vezes, porém, manifestam-se com clareza, ou quando são muito intensas, ou quando as impressões dos objetos exteriores não as ofuscam.

"Todas essas sensações internas, de que temos consciência, e que se mostram distintas, como a sensação da fome, da sede, de respirar, etc., são oriundas de impressões imediatas ou vitais: todas as dores, que sofremos, são muitas vezes seus resultados" (p. 103).

O denominado *sentimento fundamental* pode deixar a consciência à mercê de estados de espírito que não pode controlar. O fenômeno, que observa em si mesmo, leva-o a afirmar: "... o estado do organismo muito influi sobre o moral. Qual é o homem que não tem observado os efeitos que sente depois de ter tomado café? Qual é o homem que ignora os efeitos de certas bebidas, de certa alimentação? Quem é que não sabe que os climas, as doenças, as idades, os sexos, o gênero de vida, etc., trazem mudanças nas disposições do organismo e daí no moral? Quem não se sente diferente nas diferentes horas do dia, nas diferentes épocas do ano?" (p. 105).

O aprofundamento da pers-

pectiva naturalista não significa, pois, negar os fatos estabelecidos pela via da observação mas apenas denunciar a sua unilateralidade. "Se somos um ser inteligente — escreve — ativo e livre, também somos um ser passivo: se existe em nós uma atividade própria, também existe, para assim dizer, uma atividade passiva; se muitos de nossos atos atestam em nós uma força produtora, que nos é própria, outros atestam que também somos regidos por leis, que não são as leis de nosso espírito" (loc. cit.).

Na apresentação do papel catalizador da vontade e da base neuro-fisiológica do processo perceptivo, consegue Eduardo Ferreira França ater-se ao que supunha se tratasse de observações rigorosamente científicas. Procura mesmo integrar o momento Condillac, e o faz nos seguintes termos:

"O *eu* é passivo, mas também é ativo, e não seria passivo se não fosse ativo, e nem ativo se não fosse passivo; não conheceria, não teria consciência se não fosse uma e outra coisa ao mesmo tempo.

"Passivo simplesmente não conheceria; e não conhecendo como é que se identificaria com suas modificações? Passivo, a consciência seria nula, e todavia antes de se separar de suas modificações, êle se acha no estado da estátua de Condillac, que se torna em tôdas as suas sensações, que se identifica com tôdas elas, que não as distingue, porque não as distingue de si" (Tomo II, pág. 58).

Reconhece não ser fácil conceber êste estado que, se não é o de um corpo bruto, tampouco é o de verdadeiro conhecimento. Busca entretanto analogias com aquêle entre o sono e a vigília; no que tem lugar nos momentos de grande dor ou naquele em que vemos sem saber exatamente o que vemos. A isto acrescenta:

"Êste estado é passageiro e pouco freqüente, atualmente, e o espírito quase nunca está sem reagir mais ou menos fortemente sobre suas modificações; as diversas faculdades intelectuais, os instintos e a vontade estão em plena atividade, e então distinguimo-nos perfeitamente de nossas modificações, e do que não é *nós*.

"É principalmente pelo exercício da atividade voluntária que estas distinções se fazem com mais precisão e clareza. Mas não se pense que antes de nascer a vontade o *eu* não se conheça, e não conheça suas modificações; não, a vontade, pressupõe êstes conhecimentos e, portanto, antes da atividade voluntária o *eu* já se mostrou ativo, mas de uma atividade involuntária.

"Em todo o caso é depois dos atos da vontade, que o *eu* se estabelece verdadeiramente distinto de tudo o que não é êle, é então que se distingue bem do *não eu*, e de suas próprias modificações; depois dos atos da vontade começa uma nova era para o *eu*, tudo se esclarece na consciência" (II, p. 59).

Também na análise do papel do esforço voluntário e das idéias

de Maine de Biran — efetivada no último capítulo do Tomo Segundo — é o médico e o observador que se fazem presentes.

Contudo, no trânsito entre êsse patamar e aquêle em que o ecletismo de Cousin passa às teses pròpriamente espiritualistas — ingressando na esfera da metafísica dogmática, na terminologia kantiana — Eduardo Ferreira França como que se sente em terreno movediço e desaparece do texto a sensação de segurança que deixa transparecer quando se defronta com os temas antes enunciados.

Embora se deva discutir a possibilidade de fundamentá-las pela via psicológica, as livres criações do espírito não se deixam abalar pelas análises empiristas. Tanto isto é verdade que os próprios sensualistas, graças ao empenho de negá-las, enredaram-se em sucessivas dificuldades.

O reconhecimento do papel do espírito, entretanto, não autoriza inferências espiritualistas. O próprio Maine de Biran nunca se satisfiz com os procedimentos a que foi conduzido, segundo se evidencia pela circunstância de haver conservado inédita a quase totalidade de seus textos. Cousin, ao divulgá-los e interpretá-los, deu às idéias do notável pensador francês o tom oratório, na qualificação de Brehier, que haveria de condenar o ecletismo à transitoriedade

Eduardo Ferreira França aborda o problema no *Livro Quarto* (Tomo Segundo - Capítulos IX a XIX). Afirma que adquirimos

outros conhecimentos além dos que nos são dados pela consciência, os órgãos sensoriais ou a ação da vontade. Tais conhecimentos nos seriam dados pela Razão, que também denomina de razão *a priori*, razão intuitiva e percepção do absoluto. "Com efeito, escreve, observamos um fenômeno e logo o referimos a uma causa; vemos um corpo e logo o consideramos ocupando o espaço, como tendo duração, como uma substância dotada de qualidades. Ora: observamos simplesmente o fenômeno, vemos o corpo, conhecemos o fenômeno, conhecemos o corpo; são êstes os dados da observação. Mas o conhecimento de que o fenômeno foi produzido por uma causa que não observamos, tem duração e é uma substância, que não vemos, êstes conhecimentos não derivam da observação, que nos mostra o fenômeno e o corpo, mas não nos mostra a causa, o espaço, o tempo e a substância" (p. 80).

Êsse aspecto da questão é objeto de análise circunstanciada, como é de seu estilo. Dessa tese, entretanto, por simples adição, chega à idéia de Deus e de sua existência. "A idéia de Deus é o fruto do raciocínio, não é uma idéia *a priori*, e por isso precisa de demonstração; não é como a idéia de causa, que não precisa ser demonstrada". Entre a capacidade do espírito de criar — como diríamos contemporaneamente — sínteses ordenadoras do real e êsse impulso a sair de tais limites para introduzir uma hipótese da metafísica dogmática

— aquela que Kant denominou de *ideal da Razão Pura* — Eduardo Ferreira França introduz o que chama de *faculdade da fé*, isto é, “faculdade intelectual de conhecer por meio da observação de outrem o que não conhecemos ou não podemos conhecer diretamente e por nós mesmos”.

No âmbito da psicologia que supunha empírica, num período em que ainda não haviam sido aperfeiçoados os procedimentos a medir certa categoria dentre os fenômenos psíquicos e as possibilidades de experimentação se consideravam remotas, o problema da confiança nas observações tinha certa razão de ser. Parece ser isto que o médico baiano tem em vista ao escrever: “Existe portanto em nós uma faculdade, a Fé, pela qual aceitamos os conhecimentos adquiridos pela observação de outrem. Confiamos mais ou menos nesses conhecimentos, conforme o crédito que nos merece quem no-los transmite, e, firmando-nos nos conhecimentos anteriores, adquiridos diretamente e que, ou não contrariam os que nos são transmitidos, ou os tornam até de tão grande probabilidade que geram a certeza que nasceu no conhecimento por nós mesmos adquirido” (p. 276). Em que pese a existência de semelhante imperativo, no que se entendia à época por *psicologia empírica*, a questão muda inteiramente de figura quando se trata do conhecimento demonstrativo da existência de Deus. É possível que Eduardo Ferreira França tivesse em vista

estabelecer certos suportes psicológicos para a incorporação do que Maine de Biran chamou de *revelação externa*, presente à tradição oral dos grandes Santos e místicos, que viria completar a *revelação interna*, propiciada pela análise do ato voluntário. Biran emitiria, em 1817, a seguinte opinião: “O filósofo e o teólogo consideram cada um sob o ponto de vista que lhe é próprio estas duas espécies de revelação e, se estão, como devem, de acôrdo sôbre seu objeto e seu fim comum, nada terão a disputar sôbre os meios que Deus pode escolher para revelar ao homem sua existência e sua lei”.

Através da mobilização do referido ingrediente psicológico — a “faculdade racional da fé” — o autor das *Investigações de Psicologia* não chega na matéria a resultados mais brilhantes que seu mestre francês, limitando-se, no final de contas, à profissão de fé vazada nos seguintes termos: “Deus quis que o homem, a quem dotou de inteligência e liberdade, não chegasse a conhecê-los senão usando dessa mesma inteligência e liberdade de que o havia dotado, para que o amor que lhe tivéssemos fôsse um amor refletido e livre, fruto de uma razão calma e esclarecida e não o objeto de um instinto ou de uma conhecimento necessário, que não dá merecimento nem pode ser recompensado” (p. 280).

Dessa forma, a tese espiritualista deixa a descoberto inúmeros flancos, de que se aproveitariam os críticos dos anos setenta. Essa crítica, entretanto, perdeu de vis-

ta o essencial, ao ignorar que o ecletismo marcou o primeiro momento de unidade da consciência nacional nascente, assegurando a necessária fundamentação ao liberalismo político e integrando-o num sistema que se tinha por

coerente. No processo de demolição do ecletismo desaparece ainda a idéia deveras fecunda de que existiria continuidade real do pensamento, entendida como exigência profunda do caráter perfeitável da criação humana.

ANTÔNIO PAIM

1 *Preleções filosóficas*. São Paulo, Ed. Grijalbo, Universidade de São Paulo, 1970.

2 Editada como separata e no volume das Teses de 1834 (Paris, Imprimerie de Didot le Jeune, Imprimeur de la Faculté de Médecine, 1834, 43 p.; tese nº 215).

3 SANTOS, Malaquias Alvares dos. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia relativa ao ano de 1854*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 11.

4 FERREIRA FRANÇA, Mário. Eduardo Ferreira França, médico e parlamentar do Império. *Arq. Brasil. Med. Naval*. Rio de Janeiro, (47-48): 2680-82, 1953.

5 SACRAMENTO BLAKE, A. V. Alves de. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883. v. 2, p. 247-48.

6 Cf. levantamento realizado pelo Barão de Javari, em 1889, reeditado pelo Arquivo Nacional (*Organizações e Programas Ministeriais, Regime Parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1962): "Deputados da Assembléa Geral Legislativa, 1826-1889" (p. 277 a 401).

7 Barão de Javari, obra citada.

8 Ferreira França, Mário, estudo citado, p. 2689 a 2706.

9 *Influência dos pantanos sobre o homem*. ed. citada, p. 1-2.

10 Obra citada, p. 21.

11 *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 12/7/1854. *Apud* Ferreira França, Mário, ensaio cit. p. 2713.

12 Sessão de 25/3/1848. *Loc. cit.* p. 2685.

13 ALVES, Antônio José. *Memória histórica dos acontecimentos mais notáveis ocorridos na Faculdade de Medicina da Bahia*. Bahia, Tipografia de Camilo de Lellis Masson & Cia., 1858. p. 23.

14 Ver, a propósito, Paim, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo, Ed. Grijalbo, Universidade de São Paulo, 1967. p. 51-121. Cap. II.

15 Kant avalia essa descoberta nos seguintes termos: "Quando Galileu fez rolar suas esferas sobre um plano inclinado com um grau de aceleração devido ao peso determinado segundo sua vontade... esta foi uma reve-

lação luminosa para todos os físicos. Compreenderam que a razão não quer senão o que produz ela mesma segundo seus próprios planos, que ela deve precedê-los de princípios determinados por seus juízos, seguindo leis imutáveis, que ela deve obrigar a natureza a responder as suas questões e não se deixar conduzir, por assim dizer, pela coeleira; pois, de outro modo, feitas ao acaso e sem qualquer plano traçado com antecedência, nossas observações não se ligariam a uma lei necessária, coisa que a razão exige e de que carece". (*Crítica da razão pura*. Trad. francesa de Temosaygnes e B. Pacaud. 2ª ed. Paris, PUF, 1950. p. 17).

16 *Crítica da razão pura* ed. cit. p. 150.

17 Cf. Weber, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1967.

18 *Apud* Brehier. *Histoire de la philosophie*; Trad. espanhola. 4ª ed. Buenos Aires, Ed. Sudamérica, 1956. v. 3, p. 248.

19 Avelar Brotero ou a ideologia sob as Arcadas. In: ————. *Horizontes do direito e da história*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1956. p. 195-224.

20 Introdução às *Oeuvres Choiesies*, de Maine de Biran. Paris, Aubier, 1966. p. 30.

21 *Memoire sur la décomposition de la pensée*; introduction de Pierre Tisserand. Paris, PUF, 1952. 2v.; *Journal*. Ed. integral anotada por Henri Ouhler. Neuchâtel, Suíça, Ed. Baconnière, 1957. 3v.

22 Figura, juntamente com outros ensaios, em *Oeuvres Choiesies*, Introdução de Henri Gouhier, ed. cit.

23 *La science française*. Paris, Larousse, 1915. p. 15-16. *Apud* Gouhier, ed. cit. p. 22-23.

24 *Investigações de Psicologia*. Bahia, Tipografia de E. Pedroza, 1854. p. 6-7.

25 Ensaio sobre os fundamentos da psicologia. In: *Oeuvres Choiesies*, ed. cit., p. 80.

26 *A Filosofia no Brasil*. Porto Alegre, Tip. da Deutsche Zeitung 1878. p. 17 (*Obra filosófica*; introdução e seleção de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro, José Olympio, Ed. da Universidade de S. Paulo, 1969. p. 18-19).

## BIBLIOGRAFIA

### I. Bibliografia de Eduardo Ferreira França.

*Essai sur l'influence des aliments et des boissons sur le moral de l'homme*; Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 1er aout 1834, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Paris, Imprimerie de Didot le Jeune, imprimeur de la Faculté de Médecine, 1834. 43 p.

Segundo Sacramento Blake, a tese chegou a ser traduzida e publicada, em 1851, pelo Dr. João Ferreira de Bittencourt e Sá. Pesquisa realizada tanto na Biblioteca Nacional como nas bi-

bibliotecas da Faculdade de Medicina e do Mosteiro de São Bento e, ainda, na Biblioteca Estadual, em Salvador, permite concluir que não se preservaram exemplares dessa tradução. No caso particular do acervo da Faculdade de Medicina da Bahia, registre-se que se perdeu, em grande parte, de forma irremediável, em decorrência de incêndio ocorrido em 1905. A esse respeito informa o Prof. Otávio Torres: "Foi a biblioteca totalmente reduzida a cinzas. Possuía 15 mil volumes, muitas obras de notável valor e raridade, muitas memórias históricas da Faculdade que ainda se achavam inéditas". (Torres, Otávio *Esbôço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808/1946)*, Salvador, Imprensa Vitória, 1946. p. 50).

*Acido oxálico e principios immediatos dos vegetais*. Tese de concurso submetida à Faculdade de Medicina, em 13 de novembro de 1838. Bahia, Tipografia Constitucional, 1838.

*Discursos introdutórios ao estudo de química médica*. Salvador, s. ed., s. d.

*As águas minerais de Itapicuru, comarca da mesma província* (Parecer da Comissão nomeada em decorrência de lei provincial da Assembléa da Bahia): em colaboração com Dr. Ignácio Moreira do Passo e Manoel Rodrigues da Silva. Salvador, s. ed., 1843.

Influência dos pântanos sobre o homem. *O Mosaico*. Salvador, <sup>1</sup> (4): 53-56, out. 1845; <sup>2</sup> (5): 101-104, nov. 1845; <sup>3</sup> (1): 163-166, jan. 1846.

Reproduzido no *Arquivo Médico Brasileiro*, gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências acessórias. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial, 1845/46. T. 2.

Ornitologia brasileira. *O Crepúsculo*. Salvador, <sup>1</sup> (9): 133-34, dez. 1845; <sup>2</sup> (19): 97-98, mai. 1846; <sup>2</sup> (24): 180-81, jul. 1846.

*Sistema Penitenciário*. Relatório feito em nome da Comissão encarregada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província, de examinar as questões relativas à Casa de Prisão com trabalho, da Bahia. Salvador, Tipografia de Galdino José Bezerra & Cia., 1847. 147 p.

Em colaboração com Casimiro de Sena Madureira, Luiz Maria Alves Falcão Muniz Barreto, João Batista dos Anjos, Francisco Primo de Souza Aguiar, João José Barbosa de Oliveira e J. B. Ferrari.

*Influência dos pântanos sobre o homem*. Salvador, Tipografia Liberal do Século, 1850. 32 p.

*Influência das emanções pútridas animais sobre o homem*. Bahia, Tipografia Liberal do Século, 1850. 23 p.

*Investigações de psicologia*. Bahia, Tipografia de E. Pedroza, 1854. 2 T.

Existem exemplares em cujo frontispício consta *Reimpresso* na Tipografia de E. Pedroza, 1854 e, em seguida ao prefácio, numa página sem numeração, o seguinte: "Na primeira impressão

dêste volume, demos aqui a retificação de alguns erros; os quais nesta segunda ficaram destruídos: talvez tenham saído novos; mas devem ser tão insignificantes que não valeria a pena dêles nos ocuparmos”.

## II. Bibliografia sôbre Eduardo Ferreira França.

- CALMON, Pedro. *História da literatura bahiana*. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio 1949. p. 122 e segs.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1956. p. 98-101.
- DINIZ, Aimachio. Eduardo França: o espiritualismo brasileiro. *Bahia Ilustrada*, Salvador, 2 (11), out. 1918.
- FARIA, Antonio Januário de. Apontamentos biográficos sôbre os drs. Maquias Alvares dos Santos e Eduardo Ferreira França. Discurso biográfico recitado na sessão magna de 3 de maio de 1857. *R. Inst. Hist. e Geogr. Bahia*, Salvador, 1 (1): 121-26, 1894.
- FEDER, Ernesto. Elogio do café perante a Sorbone. *DCN - Revista do Departamento do Café*. Rio de Janeiro, 400-402, 1943.
- FERREIRA FRANÇA, Mário. Eduardo Ferreira França, médico e parlamentar do Império; Tese apresentada ao II Congresso Brasileiro de História da Medicina, realizado em Recife em julho de 1953. *Arq. Brasil. Med. Naval*. Rio de Janeiro, (47/48): 2665-3057, jan./jul. 1953.
- FRANCA S. J., Leonel E. da S., Pe. *Noções de história da filosofia*. 14. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1955. p. 269-270.
- ROMERO, Sílvio. *A Filosofia no Brasil*. Pôrto Alegre, Tipografia de Deutsche Zeitung, 1878. p. 13-21.
- . *Obra filosófica; introdução e seleção de Luis Washington Vita*. Rio de Janeiro, José Olímpio, Ed. da Universidade de São Paulo, 1969. p. 15-22.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883. v. 2, p. 247-48.